



Artigo

Mais sobre petróleo e maldição dos recursos naturais nos municípios brasileiros

Mauricio Canêdo Pinheiro

Professor associado da FCE/UFRJ. Doutor em economia pela FGV EPGE



Na edição de setembro de 2025 desta revista (*link*: <https://go.fgv.br/j5W8na0xK7S>), descrevi os resultados de um artigo (em coautoria com o professor Rubens Penha Cysne) que investiga a dimensão fiscal da maldição dos recursos naturais associada ao recebimento de *royalties* do petróleo por municípios brasileiros. Em resumo, nossos resultados indicam que a regulamentação dos *royalties* do petróleo, que limita o uso das receitas do petróleo no financiamento de despesas correntes, leva os municípios a aumentar sua poupança. Além disso, os gastos públicos com pessoal ativo respondem assimetricamente às variações dos *royalties* do petróleo: aumentam quando os *royalties* do petróleo aumentam, mas não se ajustam quando os *royalties* diminuem. O ajuste nas despesas de capital, particularmente no investimento público, também é assimétrico: é mais severo durante as crises

do petróleo. Em outras palavras, a dificuldade de reduzir os gastos com a folha de pagamento durante as crises do petróleo leva os municípios a cortar investimentos públicos nesses períodos. Esses resultados são consistentes com as evidências existentes sobre o comportamento do orçamento público em países em desenvolvimento.

Nos últimos meses, tenho ampliado a investigação deste fenômeno para outras dimensões. Em especial, tenho investigado a ocorrência da chamada doença holandesa nos municípios brasileiros produtores de petróleo. Recentemente, os ciclos de expansão dos recursos naturais têm sido analisados como choques positivos de demanda que aumentam a procura por bens e insumos locais. Esses choques são mais pronunciados quando há encadeamentos locais relevantes, por exemplo, quando a produção de petróleo utiliza insumos locais ou quando uma par-

cela relevante da renda proveniente dos recursos naturais é compartilhada com a população local. Em particular, quando o encadeamento local é suficientemente forte, a abundância de recursos naturais tende a aumentar a demanda local por mão de obra, elevando os salários nominais. Se nada mais ocorrer, o aumento dos salários tende a reduzir a competitividade local dos setores produtores de bens *tradables* (principalmente a indústria).

No entanto, a migração pode atenuar esse efeito ao elevar, localmente, os preços dos fatores imóveis, especialmente os custos de moradia. O efeito sobre o salário real depende da elasticidade da oferta de mão de obra e de moradia. Na presença de externalidades positivas associadas à aglomeração, a produtividade aumenta. No fim das contas, espera-se um efeito positivo na produção dos setores *non-tradables* (principalmente serviços) e um efeito ambíguo nos setores *tradables*. Ademais, a migração pode causar congestionamento nos serviços públicos, prejudicando a produtividade local.

Além disso, os efeitos (positivos e negativos) podem se estender para além dos limites dos municípios produtores, afetando também os municípios vizinhos. Por conta disso, utilizei uma metodologia estatística que considera adequadamente a possibilidade de transbordamentos espaciais. Os resultados evidenciam a presença desses efeitos de transbordamento, confirmando achados

de outros países. Os resultados também indicam que aumentos na produção de petróleo elevam o emprego local nos serviços, confirmando evidências internacionais.

Também encontro um aumento no emprego público, ao contrário do que ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos. Trata-se de um fenômeno resultante do aumento das receitas dos governos municipais provenientes de *royalties* e de participações especiais, já detectado por mim e por outros autores. Ademais, não encontro evidências de redução da produtividade da indústria no longo prazo, o que indica que o potencial efeito negativo do aumento local dos salários é compensado pela migração e pelas externalidades positivas associadas à aglomeração.

Ou seja, meus resultados, combinados com a evidência de que as receitas com *royalties* e participações especiais não aumentam substancialmente a provisão de bens públicos nos municípios petrolíferos brasileiros, sugerem que, localmente, a maldição do petróleo é mais um fenômeno associado ao uso inadequado das receitas de *royalties* do que um mecanismo da doença holandesa. ■

¹Canêdo Pinheiro, M.; Cysne, R. P. Fiscal behavior and natural resource curse: New evidence from Brazilian municipalities. *Anais do 53º Encontro Nacional de Economia*. 2025. Disponível em: <https://go.fgv.br/u855fm9RpUO>

*Maurício Canêdo escreve
a cada bimestre.*

